

Guerra do Paraguai: uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o conflito com base na avaliação do Poder Nacional daquele país à época

*Luiz Duarte de Figueiredo Neto**

Introdução

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito sul-americano até os dias atuais. Esse confronto envolveu o Estado Paraguaio - que até então ocupava a periferia da política regional - contra uma aliança constituída por Brasil, Argentina e Uruguai; se estendendo desde 1864 até 1870.

Inicialmente, a disputa se restringiu entre o Paraguai e o Império. Entretanto, devido à insistência do dirigente guarani, Francisco Solano López, em optar pela via bélica para alcançar seus propósitos, a crise foi se ampliando. Ao fim, englobou os outros adversários – que terminaram por formar uma coligação.

Nesse contexto, o presente artigo se propõe a proceder uma avaliação da decisão paraguaia de empregar a força para alcançar seus objetivos. Para tanto, foi empregado como parâmetro o conceito de Poder Nacional, conforme doutrina preconizada pela Escola Superior de Guerra (ESG).

O conceito de Poder Nacional de acordo com a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG)

A ideia de se avaliar os meios à disposição de determinada coletividade, com a finalidade de verificar se esse grupo detinha capacidade para alcançar os objetivos comuns estabelecidos, é bastante antiga; remetendo, entre outros, ao historiador grego Tucídides. Assim, diversos estudiosos se debruçaram sobre o tema, buscando teorizar o assunto, com o objetivo de alcançar “uma racionalidade que forneça diretrizes para a ação [política]”.¹

Nesse contexto, surge o realismo político, pensamento que predominou no campo das relações internacionais ao longo do século XX, ainda que suas origens remontem à Idade Média. Essa escola considera como necessária a avaliação do poder de determinada unidade política, com o objetivo de permitir o emprego otimizado de suas capacidades. Seu principal expoente foi Hans Joachim

* Cel Inf (AMAN/94, EsAO/02, ECEME/11). Assessor da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (2013-2014). Atualmente é aluno do CPEAEx/19.

Morgenthau, que incorporou o termo Poder Nacional em sua obra.²

No âmbito nacional, destacam-se, entre outros, os trabalhos do embaixador e chanceler João Augusto de Araújo Castro, do geógrafo e pesquisador Ronaldo Gomes Carmona e do jurista, professor e chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Tais autores, embora tenham se debruçado sobre o tema, não comungam necessária ou exclusivamente do realismo.

A despeito da diversidade de formação acadêmica, os posicionamentos defendidos por todos os pesquisadores mencionados apresentam convergências em relação ao pensamento sustentado pela ESG sobre o conceito de Poder Nacional. Essa constatação permite inferir a relevância e pertinência da doutrina defendida por esse Estabelecimento de Ensino. Dessa forma, a seguir será discorrido brevemente sobre o assunto.³

Conforme estabelecido no Manual Básico da ESG – Volume I (2014, p. 34):

Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional (o negrito é nosso).

Para melhor entendimento dessa assertiva, seguem-se definições dispostas no aludido Manual, acerca de conceitos acima mencionados:

[...] **Nação** é entendida como: Grupo complexo, constituído por grupos sociais distintos que, em princípio, ocupando, um mesmo Espaço Territorial, compartilham da mesma evolução histórico-cultural e dos mesmos valores, movidos pela vontade de comungar um mesmo destino. (o negrito é nosso) (BRASIL, 2014, p. 17)

Objetivos Nacionais (ON) – são aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural. (o negrito é nosso) (BRASIL, 2014, p. 21)

Embora deva ser sempre considerado como um todo, haja vista ser uno e indivisível, o Poder Nacional se manifesta por intermédio de **cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científica e tecnológica**. O estudo com base nessas divisões permite melhor compreender, avaliar e aplicar essa capacidade, no contexto de um planejamento.⁴

O processo de avaliação ora explorado está sujeito a equívocos - haja vista sua condição de ciência não exata. Contudo, constitui um parâmetro que busca a objetividade e, portanto, presume-se adequado ao tipo de análise como a que se encontra em curso.

Ainda abordando a pertinência do emprego da Doutrina da ESG, constata-se as seguintes vantagens desse pensamento na presente pesquisa:

[...] analisando-se o Poder Nacional sob enfoque de suas manifestações (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica), **constata-se a vantagem didática e, sobretudo, prática** de admitir-se como categorias analíticas, diferentes Expressões do Poder Nacional, caracterizando-se cada qual pela prevalência dos efeitos a serem obtidos, em função dos elementos correspondentes à natureza de cada uma delas (o negrito é nosso) (BRASIL, 2014, p. 42 e 43)

Com base no exposto, a análise do Poder Nacional paraguaio, à época de deflagração do conflito conhecido como Guerra do Paraguai, foi realizada a partir de suas expressões constituintes, conforme preconizado na doutrina da ESG.

Análise da expressão política

A conjuntura geopolítica da Região do Prata apresentou questões que influenciaram a política externa paraguaia no período considerado. Uma delas foi a busca pelo livre acesso ao mar, sem ingerência externa, em particular de Buenos Aires. A outra seria o fato da Argentina considerar o atual Paraguai como parte de seu território, mesmo depois do processo de independência política dos países dessa área. Também havia problemas relativos à indefinição das fronteiras guaranis, em particular com o Brasil e a Argentina. Por fim, os governos paraguaio e brasileiro divergiam em relação à livre navegação no Rio Paraguai.⁵

Entretanto, até a assunção de Francisco Solano López ao poder, o Paraguai optou pela via diplomática para a solução das pendências. Outro ponto bastante importante nesse panorama, foi que, justamente durante esse governo, venceram os acordos firmados em 1856 com o Brasil e com a Confederação Argentina, e que evitaram, até aquele momento, conflitos sobre as discussões envolvendo limites.⁶

A hegemonia política na região era compartilhada entre Brasil e Argentina. Contudo, o Império desejava o prosseguimento do *status quo*; e, para tanto, era fundamental a livre navegação no Prata, bem como a manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai. Por outro lado, Buenos Aires pretendia anexar os territórios uruguaios e paraguaios - o que desequilibraria o balanço de poder em favor dos argentinos.⁷

Nesse contexto, a percepção de Carlos López (pai e antecessor de Solano López) de que o Brasil atuaria contra a independência paraguaia, isoladamente ou em conluio com a Argentina, se

mostrou totalmente equivocada. De qualquer forma, ainda que de posse de uma visão distorcida da realidade, esse governante não empregou a força para resolver esse suposto problema, até mesmo porque, acertadamente, tinha noção das debilidades de seu país.⁸

A política externa paraguaia, implementada a partir da assunção de Solano López, alterou a postura do governo guarani, o qual passou a tentar influir nos assuntos políticos do Prata. Essa mudança de atitude resultou de uma perspectiva infundada por parte desse dirigente, em relação ao equilíbrio de poder na região, no sentido de que Paraguai havia alcançado o mesmo patamar político que Brasil e Argentina. Por isso, esse governante atuou para robustecer sua presumida posição, mediante alianças com o Uruguai e com os opositoristas argentinos do interior - os quais não aceitavam a primazia de Buenos Aires.⁹

Entretanto, os governos brasileiro e argentino não comungavam dessa concepção. Pelo contrário, para esses países o compartilhamento da hegemonia permanecia restrito a ambos. Válido destacar que a Inglaterra também enxergava a situação sob essa ótica. Além disso, as alianças estabelecidas pelo Paraguai contrariavam os interesses de Brasil e Argentina.¹⁰

De qualquer forma, com base em uma percepção equivocada, aliada a uma subestimação também errônea dos seus pretensos oponentes, Solano López decidiu empregar a força para alcançar seus objetivos, ao invés de prosseguir com o emprego da diplomacia, que vinha caracterizando o relacionamento externo paraguaio até então.

Impende salientar que, findo o conflito, o Brasil dispunha de amplas condições de incorporar o território paraguaio; entretanto, optou por atuar

em favor da manutenção da independência desse país, se opondo às patentes pretensões expansionistas argentinas. Essa atitude brasileira somente ratifica o entendimento de que Solano López estava equivocado ao considerar que, em 1864, o Império tinha intenção de anexar o Paraguai.¹¹

A situação da política interna do país no período pré-guerra também se mostrava bastante complicada. A despeito de autodenominar-se como república, as instituições e mecanismos que caracterizam essa forma de governo eram bastante frágeis. Não havia qualquer participação popular na eleição do chefe do executivo. O Paraguai alcançou a independência em 1811, mas apenas em 1844 foi criado o cargo de presidente. Até esse ano, somente no período da gestão de José Gaspar Rodríguez de Francia houve um único governante – uma vez que, nos demais períodos, dois ou três pessoas compartilhavam o poder. Na prática, não havia limite de mandato presidencial. Por fim, o presidente poderia escolher seu sucessor, o que terminou por implicar em sucessão de poder entre membros da mesma família.¹²

Essa conjuntura fomentou sucessivos governos autoritários. Estes, por sua vez, terminaram por gerar um executivo hipertrofiado, um legislativo quase inexistente e um judiciário subserviente ao governante. Ademais, as instituições públicas eram acanhadas e ineficientes, e, em muitas áreas, ausentes. A falta de estruturação dos serviços públicos se refletia em todos os níveis e setores.¹³

Havia grande concentração de poder nas mãos do Presidente, principalmente no concernente a decisões de vulto. A situação era agravada pela ausência de estruturação na máquina do governo, o que resultou na inexistência de um processo decisório a nível estatal, englobando diversos níveis e

esferas, notadamente a diplomática. Esse quadro era acentuado pela personalidade de Solano López, que avocava para si as decisões, ignorando ou, muitas vezes, nem consultando os poucos assessores dispostos a opinar.¹⁴

O panorama acima, aliado à truculência do regime, resultou no alheamento da sociedade, e, portanto, na inexistência de uma opinião pública que debatesse os temas afetos ao país. A população sequer participava das escolhas no legislativo, pois não havia mecanismos para tal. E, mesmo que isso fosse possível, quase não haveria resultado prático; pois, além da ausência de uma constituição regulando a organização do Estado, o Congresso destinava-se basicamente a ratificar as decisões presidenciais.¹⁵

Nesse contexto, a formulação de perspectivas e, principalmente, a qualidade das decisões passaram a depender exclusivamente da capacidade política do governante. No caso de Solano López, havia uma tendência infundada de superestimar as potencialidades paraguaias, e, ao mesmo tempo, subestimar o poder de seus adversários. Some-se a esse traço sua inexperiência, seja devido a sua idade, ou a sua pouca vivência política e militar. Destarte, as possibilidades de equívoco eram enormes.¹⁶

Esse cenário explica as percepções e decisões equivocadas de Solano López, em relação à política externa do Prata. Primeiro, ao decidir que o Paraguai deveria passar a interferir na política da região. Depois, ao considerar que seu país havia alcançado o mesmo patamar político que Brasil e Argentina. E, por fim, ao inferir que o Império intencionava anexar o Paraguai, após intervir no Uruguai. Com base principalmente nessa sequência de erros, Solano López decidiu empregar a força contra o Brasil.

Em verdade, a dinâmica política do Prata não havia se alterado. Brasil e Argentina dividiam a hegemonia da região e não desejavam estender essa situação a terceiros. Buenos Aires mantinha a intenção, ainda que não declarada abertamente, de anexar o Paraguai e o Uruguai. Contudo, não dispunha de liberdade de ação para tal; uma vez que, além de enfrentar problemas internos (ocasionados pelos opositoristas à federação), teria de enfrentar a resistência do Império e da Inglaterra. O Brasil desejava a manutenção do *status quo*; e, para tanto, era fundamental a preservação das soberanias paraguaia e uruguaia, bem como a livre navegação na região.¹⁷

Destaque-se que Carlos López também compartilhava a percepção de que o Brasil tinha intenção de ameaçar a independência do Paraguai. Entretanto, recuou em duas oportunidades quando percebeu que a situação poderia escalar para um conflito armado contra o Império. Ademais, quando buscou robustecer seu país militarmente, o fez de forma defensiva. Por fim, aconselhou seu sucessor, Solano López, a não empregar a força para a solução dos problemas da nação, principalmente contra o Império.¹⁸

Assim, não havia embasamento, pelo menos sob o ponto de vista da expressão política do Poder Nacional, para que Solano López deixasse de lidar com os problemas do Paraguai por intermédio da diplomacia, conforme vinha ocorrendo há décadas, e optasse pelo emprego da força.

Análise da expressão econômica

Os sucessivos regimes autoritários vigentes no país terminaram por gerar um crescente intervencionismo estatal na economia – característica essa que atingiu seu ápice na gestão de Solano

López. Essa conjuntura ocasionou diversas consequências para a economia local. Uma delas era a grande dependência em relação ao governo, que, por sua vez, era quem geria praticamente todos os recursos financeiros; auferindo grandes lucros com isso.¹⁹

A abertura da economia, a partir de Carlos López, propiciou desenvolvimento econômico, mediante o ingresso de capital estrangeiro, principalmente inglês, em decorrência da exportação de produtos agropecuários.²⁰ Em decorrência disso, quase não havia iniciativas privadas de produção comercial e industrial, seja pela concorrência desigual gerada pelos produtos importados, seja pelo baixo poder aquisitivo da população, ou pela inexistência de investimentos privados.

Em função desse quadro, o Paraguai não produzia itens básicos, importando praticamente todas as suas necessidades. Dessa forma, qualquer interrupção desse fluxo, afetaria a rotina do país, prejudicando qualquer esforço de guerra.²¹

O prosseguimento do desenvolvimento econômico estava atrelado a um constante incremento das exportações. Esse acréscimo somente era possível mediante o aumento da área cultivada e, conseqüentemente, da ampliação dos recursos humanos para trabalhar na lavoura; uma vez que somente o emprego das técnicas de produção (que eram muito arcaicas) dificilmente resultaria em maior produtividade. Em caso de conflito, essa dinâmica se acentuava, tendo em vista as despesas extras.²²

Nesse ambiente, o esforço de guerra se mostrava duplamente prejudicial, ao desviar mão-de-obra da lavoura para a frente de combate. Primeiro, porque prejudicava a produção de produtos agrícolas exportáveis, impactando negativamente a economia. Depois, porque dificultava a agricultura

de subsistência, responsável pela alimentação da população local e dos efetivos militares.

Os recursos oriundos da exportação eram revertidos, em grande parte, para um projeto de modernização militar, mediante a importação de armamentos, equipamentos e técnicos, principalmente de origem inglesa. Inclusive, os britânicos também intermediavam e controlavam essas operações comerciais. Essa situação implicou em grande dependência econômica do Paraguai em relação à Inglaterra.²³

Toda a economia paraguaia dependia do Rio Paraná para se ligar ao exterior. Destarte, qualquer ameaça ao trânsito nessa hidrovia traria diversas repercussões negativas. As atividades comerciais seriam paralisadas, pois não haveria saída ou ingresso de recursos e bens. Além disso, o país não teria como receber insumos militares. Também seriam afetadas as necessidades básicas da população, uma vez que quase tudo era importado. Saliente-se que, em caso de conflito, tanto o Brasil, quanto a Argentina teriam plenas condições de realizar esse bloqueio fluvial.

A área militar, em particular a partir do Governo de Solano López, consumia grande parte dos recursos; resultando em falta de investimentos na infraestrutura interna. Por isso, o país era pouco desenvolvido - quase não havia estradas, escassamente cartografado e com reduzidos núcleos urbanos. Para agravar a situação, devido às distorções decorrentes da grande intervenção estatal na economia, foram cometidos equívocos na priorização das poucas iniciativas estruturais, bem como em relação ao destino dos recursos investidos.²⁴

Havia uma enorme disparidade entre o tamanho da economia dos países envolvidos na Guerra do Paraguai. Importa explicar que, ao longo do desenrolar de um conflito, a robustez

da economia é fundamental para propiciar a sustentação do esforço de guerra. Essa característica avultava de importância no Século XIX, tendo em vista a longa duração dos conflitos, que geralmente eram medidas em anos.²⁵

No que se refere ao comércio exterior, o volume de recursos movimentado pelo Paraguai era quase 65 vezes menor que a soma do montante gerido por Uruguai, Brasil e Argentina. Já a capacidade de arrecadação de impostos guarani era cerca de 22 vezes menor que a dos países aliados. Com o bloqueio do Rio Paraná (executado pela Marinha Imperial, logo no início do conflito), o governo paraguaio passou a dispor apenas dos recursos oriundos dos impostos. Enquanto isso, seus adversários prosseguiram em situação de relativa normalidade comercial.²⁶

Devido às peculiaridades da economia paraguaia, os investimentos naquele país eram considerados de risco. Por isso, o governo paraguaio encontrava muita dificuldade em auferir financiamento externo. Essa situação se acentuou durante o desenrolar da guerra, dada a dificuldade de acesso do Paraguai ao exterior. Por outro lado, o Brasil, por exemplo, não tinha dificuldades em obter os financiamentos que necessitava.²⁷

Logo, a expressão econômica do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

Análise da expressão psicossocial

A população paraguaia, em 1860, era quase 28 vezes menor que a soma das populações brasileira, argentina e uruguaia. Dessa forma, o Paraguai, durante um esforço de guerra, possuía muito menor capacidade de fornecer e repor tropas

e, ao mesmo tempo, dispor de mão-de-obra para manter sua economia. Essa desvantagem avultava de importância no Século XIX, uma vez que nessa época os conflitos, em média, duravam anos.²⁸

O país apresentava baixos índices de desenvolvimento social no período pré-guerra, como péssima distribuição de riquezas (que terminavam por se concentrar em mãos do Estado - aí entendido como a Família López - ou da elite); relações de trabalho com características que remontavam ao período colonial e bastante próximo à escravidão; extremo controle estatal sobre a população; dentre outras. Assim, não encontra fundamento a alegação de que no país vigorava um modelo de desenvolvimento autônomo e socialmente mais justo.²⁹

O isolacionismo e o autoritarismo do regime trouxeram diversas consequências para a sociedade guarani. Primeiro, implicou no alheamento da população, tendo como consequência a tendência de superestimar os pontos favoráveis e subestimar aqueles desfavoráveis. Além disso, o povo não tomava parte nas discussões do governo, e, por isso mesmo, não havia oposição ou manifestações da opinião pública.³⁰

O controle do governo sobre a imprensa contribuía para essa conjuntura, uma vez que não havia meios eficazes para a circulação de notícias ou para disseminação de ideias contrárias. De certa forma, o baixo nível educacional do povo também colaborava com a situação, pois implicava em pouca capacidade de discernimento e preocupação com aspectos mais práticos da vida, como a rotina diária. “É equivocada a apresentação do Paraguai como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada”.³¹

Alguns autores contradizem essa percepção em relação à educação. Sobre o assunto, QUEIROZ

(2014, p. 209) argumenta que se trata de fenômeno da absolutização de fenômenos sociais, muito comum em determinadas tendências historiográficas. Realmente ocorreu um importante programa educacional na gestão de José Gaspar Rodríguez de Francia, que foi ampliado no Governo de Carlos López. Contudo, essa iniciativa restringiu-se à parte da população escolar paraguaia do sexo masculino.³²

Uma sociedade com essas características sociais aceitaria com mais facilidade decisões do governo, mesmo aquelas mais extremas, como a de deflagrar uma guerra. Afinal, a população não tinha noção dos acontecimentos, não possuía capacidade e não poderia fazer juízo de valor das informações, e, por isso mesmo, tendia a acreditar em dados oficiais repassados pelo Estado - ainda que aparentemente com lógica não consistente.

O governo dispunha de fortes mecanismos para coagir a população a atuar em prol de um esforço de guerra. Um deles era o fato de que o Estado era o maior empregador do país, controlando todos os bens em circulação. Havia ainda uma rede de informantes e espiões, que exerciam vigilância constante; atuando sobre qualquer ato que insinuasse oposição. E, por fim, existia o controle estatal sobre a Igreja, que permitia empregar os religiosos e a própria religiosidade do povo em favor dos interesses do país.³³

Por outro lado, qualquer diminuição dos mecanismos de controle, seja pela perda da capacidade do governo em aportar recursos, ou ainda pelo enfraquecimento da rede de informantes, impactaria negativamente no poder de coação. Em relação à questão dos recursos mais especificamente, quando da análise da expressão econômica, verificou-se que a capacidade financeira do Estado sofreria forte decréscimo (que, ao longo

do desenrolar do conflito, se confirmou), devido a um eventual bloqueio do Rio Paraná.

Dessa forma, embora alguns aspectos favorecessem o esforço de guerra, os pontos desfavoráveis, em particular a dimensão populacional, prevaleceram. Dessa forma, a expressão psicossocial do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento suficiente para que esse país embargasse a força conforme conjuntura analisada.

Análise da expressão militar

O processo de modernização militar - em curso no país desde o governo de Carlos López e acentuado na gestão de Solano López - era bastante dependente da Inglaterra, seja no concernente a pessoal, material e consultoria. Importante destacar a inexistência de investimentos em infraestrutura no Paraguai, que permitissem atenuar essa situação. Assim sendo, o bloqueio do acesso desse país ao mar impediria a entrada de insumos militares no país.³⁴

A mobilização militar paraguaia chegou a 77 mil homens em 1864 - um efetivo que quase alcançava o triplo do somatório dos exércitos brasileiro, argentino e uruguaio. Essa vantagem numérica era extremamente favorável ao Paraguai, em caso de conflito.³⁵

Contudo, a manutenção desse efetivo implicava em comprometimento de cerca de 38,5% da população masculina em idade produtiva, com impacto extremamente negativo na agropecuária do país - atividade econômica que dependia sobremaneira de mão-de-obra. Além disso, o país teria muita dificuldade, seja em repor baixas de combate ou de ampliar suas tropas.³⁶

A conjuntura em tela é bastante desfavorável em caso de conflito de longa duração e com

perspectiva de grande quantidade de perdas humanas. E justamente essa era a característica das guerras travadas ao longo do Século XIX.

Os exércitos mobilizados por Brasil e Argentina, ao início da guerra, eram menores que o efetivo paraguaio. Todavia, esses países detinham muito maior capacidade de repor baixas e de ampliar suas tropas, sem comprometer as respectivas economias.³⁷

A Marinha Paraguaia dispunha, ao início do conflito, de onze barcos, sendo que nenhum era de guerra e somente um deles estava armado. Enquanto isso, somente a esquadra brasileira era composta de 42 embarcações (ou 37 segundo alguns autores). Esse contexto era desfavorável ao Paraguai, que dependia da ligação com o mar, por intermédio do Rio Paraná, para garantir o prosseguimento de sua economia, bem como a entrada de meios militares. E, como se percebe, a Força Naval paraguaia não tinha capacidade de assegurar o livre trânsito nessa via.³⁸

Quanto às tropas guaranis, existia uma desproporção muito grande entre o número de oficiais e de praças, principalmente soldados - eram 88 oficiais em uma força de 77 mil homens. Dessa forma, o Exército do país, embora numeroso, constituía uma grande massa, sem efetivo comando, condição essa que prejudicava sobremaneira sua operacionalidade.³⁹

A alteração na estratégia militar do país - que assumiu uma postura ofensiva, a partir da ascensão ao poder de Solano López -, impediu uma adequada consolidação da estrutura defensiva, em curso desde 1854. Tampouco houve condições para uma apropriada preparação da investida bélica (conforme a envergadura planejada), dado, principalmente, o pouco tempo para o redirecionamento de todos os esforços.⁴⁰

Não havia critérios para promoção e não existiam locais para a formação de oficiais e sargentos. Desse modo, a ascensão na carreira ocorria por indicação, o que privilegiava os bajuladores do regime. Muitos eram promovidos sem possuírem capacidade para tal. Ao mesmo tempo, Solano López atuava para anular aqueles que se destacavam pela liderança.⁴¹

Os equipamentos e técnicos importados ao longo do processo de modernização foram, em sua maioria, empregados na preparação de posições defensivas. Por isso, havia grande deficiência em outros setores do Exército.⁴² Na artilharia, a maioria dos canhões era antiquada, remetendo ao período colonial - com alma lisa, pequeno alcance e pouca capacidade de penetração. O diminuto número de canhões de alma raiada prejudicava a capacidade do país de atuar contra barcos encouraçados em uma situação de bloqueio do Rio Paraná. Os fuzis da infantaria eram também obsoletos, do tipo de chispa e não funcionavam embaixo de chuva ou quando molhados. O número de cavalos era muito reduzido, afetando sobremaneira a mobilidade e a logística da tropa. O país não possuía tradição militar e carecia de experiência em combate.⁴³

Como ocorria em relação à política, as decisões no campo militar eram tomadas quase que pessoalmente por Solano López. Não havia uma estrutura de processo decisório, o que potencializava a possibilidade de erro. Assim, esse governante, além de concluir incorretamente que o Brasil invadiria o Paraguai, também subestimou a capacidade de seus oponentes. Por isso, equivocadamente, o país adotou uma postura ofensiva em relação a Brasil, Argentina e Uruguai; quando a análise do panorama militar, indicava que

o Paraguai deveria ter permanecido em defensiva.⁴⁴ Ademais, Solano López deflagrou o conflito em momento inoportuno, pois havia muito suprimento bélico a ser entregue ao país. Com o início da guerra, a entrega não se concretizou, devido ao bloqueio naval do Rio Paraná.⁴⁵

Analisando o planejamento da ofensiva guarani, constatou-se que o Exército Paraguaio não dispunha de envergadura suficiente para atuar simultaneamente em duas frentes: no Mato Grosso e no sul. Além disso, a ação em território mato-grossense desviou meios importantes que poderiam ser empregados na frente mais importante (a meridional), além de haver proporcionado tempo para que os aliados pudessem melhor se preparar para a investida prioritária paraguaia.⁴⁶

O sucesso dessa ação militar dependia de muitas condicionantes externas, sobre as quais Solano López não detinha controle, como o auxílio das milícias opositoras argentinas para reforçar suas tropas, a adesão e liderança do caudilho Justo José Urquiza, bem como o fornecimento de cavalos para apoiar a invasão do território brasileiro. Para agravar a situação, a atitude das tropas paraguaias que ocuparam a cidade argentina de Corrientes contribuiu para que o suporte esperado não se consumasse.⁴⁷

Também não estava claro como a esquadra brasileira seria aprisionada ou destruída, pois, tanto o Paraguai como Urquiza, pretendo aliado, não dispunham de meios para tal ação. Por fim, não havia embasamento estratégico para considerar que as operações militares seriam rápidas.⁴⁸

O analisado permite concluir que a expressão militar do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

Análise da expressão científico-tecnológica

O Paraguai vivenciou situação de isolamento político até o fim do Governo de Francia. Nessa época, havia uma débil ligação com o exterior, por intermédio de um reduzido comércio. A prioridade era o fortalecimento do regime e da independência do país. Nesse ambiente, havia reduzida disponibilidade de recursos para aplicação no desenvolvimento interno.

A partir da gestão de Carlos López, houve a abertura da economia e o país passou a exportar produtos agropecuários. Grande parte do capital decorrente da exportação era revertido em um processo de modernização bélica, especialmente no que se refere à preparação de posições fortificadas. Contudo, esse relativo progresso tecnológico permaneceu restrito ao campo militar; não atingindo a agricultura, a pecuária ou a educação.⁴⁹ Além disso, não houve preocupação governamental em estabelecer iniciativas que permitissem a produção local dos insumos militares.

Esse contexto se acentuou radicalmente no Governo de Solano López. Vale destacar que o incremento da estrutura bélica paraguaia prosseguia fortemente estribado nas importações, sendo a Inglaterra seu principal fornecedor. Tal dinâmica praticamente consumia todo o orçamento do país.

Assim sendo, o desenvolvimento da infraestrutura do país nunca foi prioridade ao longo do período analisado. Em um primeiro momento, tal situação decorreu da ausência de capital para esse fim. Posteriormente, quando houve o ingresso de recursos na economia, priorizou-se o campo militar. Tal conjuntura levou a um país com baixo desenvolvimento sob diversos enfoques e pouco propício a iniciativas científico-tecnológicas.

Existiam poucas estradas no país. Os núcleos urbanos eram reduzidos e a população urbana estava concentrada em Assunção.⁵⁰ Praticamente inexistia imprensa, a população tinha baixo nível educacional, as técnicas empregadas na agropecuária eram rudimentares, quase não havia iniciativas locais de comércio e de indústria, dentre outros.

O autoritarismo, de certa forma, era responsável por muitas das condicionantes que ocasionavam essa situação, tendo em vista que a conjuntura fortalecia o regime. Nesse sentido, uma sociedade iletrada possuía menor capacidade crítica e discernimento político, era mais simples e manobrável pelo sistema.

Diversos autores buscam apresentar o panorama de um Paraguai desenvolvido à época imediatamente anterior ao início do conflito. Contudo, percebe-se exacerbação e absolutização enfática de “inúmeros fenômenos e processos (desenvolvimento, industrialização, alfabetização)”, embasados em motivação ideológica-nacionalista e em uma “descrição fenomênica e superficial de fatos objetivos determinados e limitados historicamente”, com o intuito de apresentar o país como um modelo de desenvolvimento autônomo e autóctone.⁵¹

Nesse contexto, seguem-se algumas constatações que contradizem esse suposto modelo. Por exemplo, costuma-se mencionar que a primeira ferrovia sul-americana foi construída no Paraguai, quando na verdade tratou-se da sexta. Exacerba-se muito a metalúrgica de Ibicuy como uma iniciativa pioneira; entretanto, tal empreendimento foi estabelecido com a total dependência de capital, recursos materiais e técnicos ingleses. Isso sem mencionar que o Brasil já dispunha de forjas desde o século XVI.⁵² O fato é que o “Paraguai não acumulara

capital nem tinha tecnologia para iniciar uma revolução industrial na região”.⁵³

As poucas inovações tecnológicas existentes, como o incentivo à metalurgia, foram implementadas em um contexto de modernização militar,⁵⁴ e destinavam-se, principalmente, às fortificações. Além disso, essas iniciativas modernizantes eram totalmente dependentes de importação, em especial da Inglaterra - quase nada era produzido no Paraguai. Logo, esse reduzido nicho não resultava em avanço para o país.

Outro ponto bastante mencionado é que no país quase não havia escravidão. Contudo, tal quadro nada tem a ver com um modelo socialmente mais justo e desenvolvido. A quase inexistência de trabalho escravo era decorrente do acanhamento da economia local, que não justificava os vultosos investimentos necessários para o emprego do sistema escravocrata. Por isso, havia preferência pelo trabalho de nativos - mestiços e índios.

Além disso, não se constata esforço por parte dos dirigentes paraguaios em modificar a dinâmica econômico-social herdada da época de dominação espanhola.⁵⁵ Afinal, na metade final do século XIX, o país ainda se mantinha economicamente com as mesmas atividades que vigoravam durante o período colonial: extrativismo e agropecuária.⁵⁶

Do exposto, conclui-se que a expressão científico-tecnológica do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento para que esse país

empregasse a força, contra uma aliança militar constituída por Brasil, Argentina e Uruguai.

Conclusão

Finalizada a análise, nenhuma das expressões do Poder Nacional do Paraguai, consideradas isoladamente, sustentavam o emprego da força, como uma alternativa para que esse país alcançasse seus objetivos.

Como exposto, esse Poder é constituído pelo somatório de suas manifestações - política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. Portanto, é válido inferir que a integração das considerações parciais atinentes a cada uma dessas expressões propiciará uma conclusão englobando o conceito de Poder Nacional como um todo.

Nesse sentido, restou claro que o Poder Nacional paraguaio, à época do início da Guerra do Paraguai, analisado sob a metodologia preconizada pela ESG, não fundamentava a decisão de Solano López de empregar a força contra uma aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.

Posteriormente, o desenrolar dos fatos veio a comprovar a ausência de respaldo para a iniciativa bélica do Paraguai. Ao final do conflito, esse país encontrava-se derrotado militarmente, com a economia destrocada, tendo a maioria absoluta da população masculina morta, ameaçado de perder grande parte de seu território para a Argentina, e sob intervenção político-militar brasileira. 

Referências

BRASIL. **Manual Básico ESG** – Volume I – Elementos Fundamentais. Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://docplayer.com.br/98625345-Escola-superior-de-guerra-manual-basico-volu-me-i-elementos-fundamentais.html>> Acesso em 08 mar. 2019

_____. **Manual Básico ESG** – Volume II – Assuntos Específicos. Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://www.adesgsp.org.br/download/ManualBasico2014Vol2.pdf>> Acesso em 1º abr. 2019.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Poder Nacional e Grande Estratégia**: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../tde.../2017_RonaldoGomesCarmona_VOrig.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.

CARDOZO, Efraím. **Breve historia del Paraguay**. Assunção: Servilibro, 2011. 175 p.

CASTRO, João Augusto de Araújo. **O poder nacional** - Limitações de ordem interna e externa. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 6, p. 216-240, mar 1999. Disponível em <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/65/57>. Acesso em: 06 mar. 2019.

CAWTHORNE, Nigel. **Uma nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015. 256 p.

DELGADO, Ramón Teodoro. **La conducción del ejército paraguayo en la guerra contra la triple alianza 1864-1870**. Assunção: Marben Editora e Gráfica, 2012. 432 p.

DEL PRIORE. Mary. **Uma breve história do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2016. 334 p.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.

LIMA, Luiz Octavio de. **A Guerra do Paraguai**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016. 431 p.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A guerra é nossa**: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 169 p.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações** – a luta pelo poder e pela paz. 6. Ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003, 1094 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em 07 mar. 2019.

QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a revisão**: Genocídio americano – a Guerra do Paraguai. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. 386 p.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. **A avaliação de poder nas relações internacionais**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 46, p. 119-134, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mar. 2019.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. **Poder nacional, cultura política e paz mundial**. Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG, 2014, 288p. Disponível em <https://www.santiagodantas.com.br/wpcontent/uploads/poder_nacional_cultura_politica_e_paz_mundial-ocr-1.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.

VARGAS, João Augusto Costa. **Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro.** Brasília, FUNAG, 2013. 265 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/1074-um-mundo-que-tambem-e-nosso.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.

Notas

- ¹ ROCHMAN, 1999, p. 119 e 120.
- ² ROCHMAN, 1999, p. 121, 124 e 199; MORGENTHAU, 2003, p. 199 a 320.
- ³ VARGAS, 2013, p. 49 e 50; CARMONA, 2017, p. 12, 23, 24 e 29; CASTRO, 1999, p. 217, 218, 219 e 238; SAN TIAGO DANTAS, 2104, p. 115 e 131.
- ⁴ BRASIL, 2014, p. 40
- ⁵ DORATIOTO, 2012, p. 24, 26, 27 e 32; LIMA, 2016, p. 33; QUEIRÓZ, 2014, p. 49 a 51.
- ⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 32-33.
- ⁷ DELGADO, 2012, p. 24; DORATIOTO, op. cit., p. 26, 28 e 45.
- ⁸ CARDOZO, 2011, p. 88; DELGADO, op. cit., p. 26 e 27; DORATIOTO, op. cit., p. 32, 33, 35 e 41; LIMA, op. cit., p. 70.
- ⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 44 a 49.
- ¹⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 44 e 45.
- ¹¹ DORATIOTO, op. cit., p. 463, 464 e 465; LIMA, op. cit., p. 369.
- ¹² CARDOZO, op. cit., p. 54 a 60, 69, 72; DORATIOTO, op. cit., p. 40; LIMA, op. cit., p. 27, 28, 31 e 82.
- ¹³ CAWTHORNE, 2015. p. 33-34; DELGADO, op. cit., p. 29; DORATIOTO, op. cit., p. 24, 25, 30, 42 e 44; LIMA, op. cit., p. 28 a 32, 93; QUEIRÓZ, op. cit., p. 50 e 89.
- ¹⁴ CAWTHORNE, op. cit., p. 43, 44 e 112; DELGADO, op. cit., p. 28; DORATIOTO, op. cit., p. 19, 20 e 71; LIMA, op. cit., p. 20, 23 e 95; QUEIRÓZ, op. cit., p. 288.
- ¹⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 26, 62 e 71; LIMA, op. cit., p. 31.
- ¹⁶ CAWTHORNE, op. cit., p. 44; LIMA, op. cit., p. 20, 23 e 95; QUEIRÓZ, op. cit., p. 288; SIMÓN GUGGIARI, 1995 apud DELGADO.
- ¹⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 49; QUEIRÓZ, op. cit., p. 46
- ¹⁸ CARDOZO, op. cit., p. 88; DELGADO, op. cit., p. 26 e 27; DORATIOTO, op. cit., p. 32, 33, 35 e 41; LIMA, op. cit., p. 70.
- ¹⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 26 e 30; LIMA, op. cit., p. 81.
- ²⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 25 e 29; LIMA, op. cit., p. 28-30; QUEIRÓZ, op. cit., p. 51.
- ²¹ DORATIOTO, op. cit., p. 26, 29 e 30; LIMA, op. cit., p. 81.
- ²² DORATIOTO, op. cit., p. 26; LIMA, op. cit., p. 81.
- ²³ DORATIOTO, op. cit., p. 29 e 30; LIMA, op. cit., p. 35, 79 e 80; DORATIOTO, op. cit., p. 30; QUEIRÓZ, op. cit., p. 307
- ²⁴ DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p. 29, 457 e 476; LIMA, op. cit., p. 35, 79 e 80; QUEIRÓZ, op. cit., p. 214.

- ²⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 91; DELGADO, op. cit., p. 73; PASTORE, 2017, p.181.
- ²⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 91; DELGADO, op. cit., p. 73.
- ²⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 91 e 92
- ²⁸ DELGADO, op. cit., p 22; DORATIOTO, op. cit., p. 91 e 456.
- ²⁹ DELGADO, op. cit., p. 30; LIMA, op. cit., p. 80 e 81; QUEIRÓZ, op. cit., p. 78 e 208.
- ³⁰ CAWTHORNE, op. cit., p. 99; DORATIOTO, op. cit., p. 61 e 62.
- ³¹ DORATIOTO, op. cit., p. 30; LIMA, op. cit., p. 31 e 32.
- ³² QUEIROZ, op. cit., p. 209.
- ³³ DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p. 25 e 42; LIMA, op. cit., p. 81.
- ³⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 29, 30 e 39; LIMA, op. cit., p. 24.
- ³⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 91.
- ³⁶ CAWTHORNE, op. cit., p. 98; DELGADO, op. cit., p. 30.
- ³⁷ DELGADO, op. cit., p. 30; DEL PRIORE, 2016. p. 194; DORATIOTO, op. cit., p. 458 e 462; LIMA, op. cit., p. 369;
- ³⁸ LIMA, op. cit., p. 149; QUEIRÓZ, op. cit., p. 235.
- ³⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 92; LIMA, op. cit., p. 140
- ⁴⁰ DELGADO, op. cit., p. 29 e 30.
- ⁴¹ DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p. 62 e 63; LIMA, op. cit., p. 21.
- ⁴² DELGADO, op. cit., p. 30.
- ⁴³ CAWTHORNE, op. cit., p. 111 e 112; DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p 60, 62, 92, 93 e 135; LIMA, op. cit., p.22 e 149; QUEIRÓZ, op. cit., p. 232.
- ⁴⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 71 e 475.
- ⁴⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 93.
- ⁴⁶ DELGADO, op. cit., p. 65; DORATIOTO, op. cit., p. 135 e 475; LIMA, op. cit., p. 131, 134 e 144.
- ⁴⁷ DELGADO, op. cit., p. 63-65; DORATIOTO, op. cit., p. 134 e135; LIMA, op. cit., p. 152.
- ⁴⁸ DELGADO, op. cit., p. 65; DORATIOTO, op. cit., p. 135; LIMA, op. cit., p. 144.
- ⁴⁹ DELGADO, op. cit., p. 30.
- ⁵⁰ QUEIRÓZ, op. cit., p. 78.
- ⁵¹ QUEIRÓZ, op. cit., p. 322.
- ⁵² LIMA, op. cit., p. 80 e 81.
- ⁵³ MENEZES, op. cit., p. 164.
- ⁵⁴ DEL PRIORE, op. cit., p. 191.
- ⁵⁵ DEL PRIORE, op. cit., p. 191.
- ⁵⁶ LIMA, op. cit., p. 81.